



HOMOLOGAÇÃO	
D.M. 6/4/00	
D.O.U. 10/1/00	Seção 1 P.416
ATO: PM-33	01/1/00
D.O.U. 10/1/00	Seção 1 P.395

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO/MANTENEDORA: Faculdade de Ciências Administrativas e Contábeis de Atibaia / Instituição Educacional Atibaense		UF SP
ASSUNTO: Renovação de reconhecimento do curso de Administração		
RELATOR: Hésio de Albuquerque Cordeiro		
PROCESSO N.º: 23000.007317/99-86		
PARECER N.º: CES 1.121/99	CAMARA OU COMISSÃO: CES	APROVADO EM: 23/11/99

**I - HISTÓRICO**

O presente parecer refere-se ao processo de renovação de reconhecimento do curso de Administração, ministrado pela Faculdade de Ciências Administrativas e Contábeis de Atibaia, mantida pela Instituição Educacional Atibaense, com sede na cidade de Atibaia, Estado de São Paulo.

O referido curso foi reconhecido pelo Decreto 78606/76, de 21/10/1976.

O processo em tela foi constituído em atendimento à Portaria Ministerial 755/99, que em seu art. 8º determina que, no exercício de 1999, serão submetidos ao processo de renovação de reconhecimento os cursos de graduação em Administração, Direito e Engenharia Civil ministrados pelas instituições relacionadas nos Anexos I, II e III da Portaria.

Para verificar as condições de funcionamento do curso foi designada Comissão de Avaliação pela Portaria SESu/MEC 655/99, que atribuiu ao curso os seguintes conceitos:

- Corpo Docente – CR
- Projeto Pedagógico – CR
- Instalações – CR

**II - VOTO DO RELATOR**

Tendo em vista o exposto, voto favoravelmente à renovação do reconhecimento por 03 (três) anos. Durante este período a Instituição deverá atender às recomendações da Comissão de Verificação, quais sejam:

Quanto ao Corpo Docente:

- Implementação de incentivos que assegurem a participação dos docentes do Curso em Programas de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) e o estabelecimento de critérios de admissão docente, que levem em conta a titulação e o regime de trabalho; desenvolvimento de políticas de incentivo à produção docente e a definição de mecanismos de desenvolvimento de atividades de articulação de teoria e prática, adoção do critério de titulação correspondente, no mínimo, a Mestrado e regime de trabalho de tempo

66/12/99

10

integral para o docente- Coordenador do Curso, definição de política de remuneração docente, que estimule o regime de trabalho em tempo parcial e integral.

Quanto à Organização Didático-Pedagógica:

- Implementação de um Projeto Pedagógico que contemple a definição da missão/finalidade, os objetivos pretendidos pelo Curso, o perfil desejado do egresso; definição e consolidação de uma política de estágios ao longo do Curso de Administração; adoção de práticas pedagógicas inovadoras; definição de processo contínuo de avaliação institucional e para o Curso de Administração, principalmente no que diz respeito à avaliação de disciplinas e do desempenho docente, assim como de outros indicadores, tais como corpo discente, docente, infra-estrutura, currículo, modelo de gestão, entre outros; criação de um Centro Acadêmico, que assegure a participação discente nas reuniões de departamento e colegiado do Curso.

Quanto às Instalações:

- Atualização do acervo bibliográfico (livros que atendam ao currículo do Curso e à Biblioteca Básica dos Cursos de Graduação em Administração, incremento do número de assinaturas de periódicos; implantação de videoteca; incremento do número de computadores para atividades exclusivas de ensino; modernização contínua das instalações / espaço físico e criação de laboratórios, auditórios e salas de multimídia e, por fim, realização de convênios, que venham fortalecer a interação do Curso com a comunidade empresarial e a sociedade.

Brasília-DF, 23 de novembro de 1999.


  
Hésio de Albuquerque Cordeiro - Relator

### III – DECISÃO DA CÂMARA

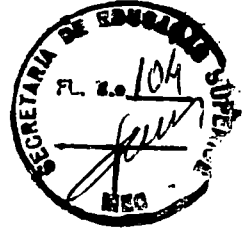
A Câmara de Educação Superior acompanha o Voto do Relator.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1999.

Conselheiros:  Roberto Cláudio Frota Bezerra - Presidente

  
p/ Arthur Roquete de Macedo – Vice-Presidente

11/21/99



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR  
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DO ENSINO SUPERIOR  
COORDENAÇÃO GERAL DE SUPERVISÃO DO ENSINO SUPERIOR**

**RELATÓRIO SESu/COSUP Nº 745 /99**

**Assunto : Renovação do reconhecimento de cursos de Administração, Direito e Engenharia Civil relacionados no anexo I da Portaria Ministerial n.º 755/99.**

**I - HISTÓRICO**

Com a edição do Decreto n.º 2.026 de 10 de outubro de 1996, este Ministério estabeleceu as bases para implantação de um sistema de avaliação de cursos e instituições de ensino superior.

Nele estão contidos dois importantes instrumentos de avaliação, que pela sua natureza são complementares, e que foram sucessivamente implantados. Trata-se do Exame Nacional de Cursos - ENC, da competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP e a Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação, de responsabilidade desta Secretaria.

Considerando a existência de três resultados do ENC, aplicados respectivamente em 1996, 1997 e 1998, e dois resultados das Condições de Oferta, 1997/98 e 1999, iniciou-se a integração entre o sistema de avaliação e o sistema de supervisão do ensino superior, este último de grande amplitude, pois dele derivam todos os procedimentos para autorização e reconhecimento de cursos e o credenciamento de instituições.

O reconhecimento de cursos foi eleito como precursor do processo de integração, pela sua relevância dentro do sistema de supervisão e pelo efeito prático imediato que resulta da aplicação do art.46 da Lei n.º 9.394/96.

Faz-se necessário esclarecer, que cada sistema tem objetivos e consequências distintas, isto é, enquanto o sistema de avaliação visa estabelecer referenciais de qualidade para a oferta dos cursos de graduação e apontar caminhos para sua melhoria, o sistema de supervisão apropria-se dos resultados obtidos pelo sistema anteriormente referido para fixar requisitos mínimos de qualidade para autorizar e reconhecer cursos de graduação e credenciar instituições de ensino superior.

*al*



A Portaria Ministerial n.º 755, de 11 de maio de 1999, materializa esta integração ao referenciar-se aos resultados do Exame Nacional de Cursos e da Avaliação das Condições de Oferta, para determinar o conjunto de instituições, que possuem cursos de graduação numa determinada área do conhecimento, a serem avaliados, pelos procedimentos habituais da supervisão, objetivando a renovação do seu reconhecimento.

Em cumprimento do disposto na Portaria MEC n.º 755/99, a SESu/MEC determinou a avaliação dos cursos de **Administração, Direito e Engenharia Civil**, ministrados pela instituições de ensino relacionadas no anexo I, do mesmo instrumento legal.

Para cada instituição foi constituído um processo contendo o ato legal de reconhecimento do respectivo curso, os resultados das avaliações realizadas pelo MEC, a saber, Exame Nacional de Cursos e Condições de Oferta, e outras informações julgadas relevantes.

Para examinar as condições de funcionamento dos cursos, com vistas à renovação do seu reconhecimento, a SESu/MEC designou Comissões, constituídas por especialistas da área, que após visita às instituições, e aplicação do instrumento de Avaliação das Condições de Oferta, apresentaram relatório individual, por curso, atribuindo conceitos globais a três grandes grupos de indicadores, quais sejam: Corpo Docente, Projeto Pedagógico e Instalações.

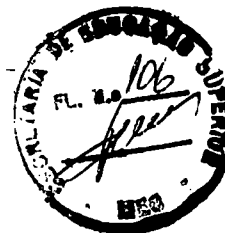
A partir do último relatório de supervisão elaborado pela Comissão de Avaliação designada pela SESu, propõe-se à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, o prazo para renovação do reconhecimento do curso ou a revogação do ato que o reconheceu.

## II – MÉRITO

A Comissão de Avaliação realizou análise comparativa das condições atuais de oferta do curso, tendo como referência o resultado da Avaliação das Condições de Oferta realizada em 1997/1998 e os três conceitos atribuídos pelo Exame Nacional de Cursos.

Esta Secretaria ao encaminhar os processos à deliberação do Conselho Nacional de Educação adotou o seguinte critério para recomendar o prazo de renovação do reconhecimento dos cursos, ou a revogação do ato de reconhecimento, considerando os conceitos atribuídos pela Comissão de Avaliação aos três grupos de indicadores relativos ao Corpo Docente, Projeto Pedagógico e Instalações.

SR



A avaliação que conduziu:

- conceito igual a **CI ( Condições Insuficientes )** em qualquer dos três indicadores de avaliação, recomenda à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que delibere acerca da aplicação do disposto na alínea "b" **Parágrafo único** do art. 3º da Portaria Ministerial n.º 755/99, que determina a revogação do ato de reconhecimento do curso;
- conceito **CR ( Condições Regulares )** em três grupos de indicadores de avaliação, recomenda a renovação do reconhecimento pelo prazo três anos;
- conceito **CR** em um dos grupos de indicadores de avaliação, quando os demais grupos tenha obtido conceitos **CB** ou **CMB**, recomenda a renovação do reconhecimento pelo prazo de quatro anos;
- conceito **CB ( Condições Boas )** ou **CMB ( Condições Muito Boas )** nos três grupos de indicadores de avaliação, recomenda a renovação do reconhecimento pelo prazo de cinco anos.

Anexo a este relatório, encontra-se a planilha contendo a relação dos processos de renovação de reconhecimento dos cursos de **Administração, Direito e Engenharia Civil**, com os resultados das avaliações realizadas pela SESu e a sua indicação à partir dos critérios acima descritos.

Ao propor a revogação do ato de reconhecimento dos cursos que receberam em um ou mais grupos de indicadores o conceito **CI**, esta Secretaria considerou que as instituições não adotaram as necessárias providências para corrigir as inconformidades com os padrões mínimos de qualidade estabelecidos pelas Comissões de Especialistas de Ensino da SESu, apontadas na última avaliação das Condições de Oferta realizada em 97/98. Tendo em vista, no entanto, o que estabelece o artigo 6º da Portaria 755/99, esta Secretaria remete à Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação para que delibere acerca da possibilidade de cumprimento, pelas instituições que tenham cursos na situação acima descrita, de prazo para saneamento das deficiências identificadas.

SK



4

Encaminhe-se os processos relacionados no anexo deste Relatório à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, acompanhados dos processos individuais de cada curso, para deliberação.

À consideração superior.  
Brasília, 29 de setembro de 1999.

*S. Rangel*  
SUSANA REGINA SALUM RANGEL  
Coordenadora Geral de Supervisão do Ensino Superior  
DEPES/SESu

*L. R. Curi*  
LUIZ ROBERTO LIZA CURI  
Diretor do Departamento de Política do Ensino Superior  
DEPES/SESu

n.º	Processo	Instituição	UF	Sede	Conceitos da última avaliação		
					Corpo Doc	Proj. Ped.	Infra-estru
					1999	1999	1999
1	23000008127/99-86	Faculdades Unidas do Vale do Araguaia	MT	Barra do Garças	CI	CB	CR
2	23000008551/99-49	Faculdades Integradas do Tapajós	PA	Santarém	CI	CI	CI
3	23000007913/99-01	Faculdade de Ciências Humanas- ESUDA	PE	Recife	CI	CR	CI
4	23000007319/99-10	Faculdades Integradas de Ourinhos	SP	Ourinhos	CR	CR	CR
5	23000007317/99-86	Faculdade de Ciências Administrativas e Contábeis de Atibaia	SP	Atibaia	CR	CR	CR
6	23000007905/99-74	Faculdade de Ciências Humanas do Vale do Rio Grande	SP	Olímpia	CI	CI	CI
7	23000008069/99-81	Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Avaré	SP	Avaré	CI	CI	CR
8	23000009544/99-19	Centro de Ensino Superior de Catalão	GO	Catalão	CI	CB	CB
9	23000011553/99-42	Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro	RJ	Rio de Janeiro	CR	CR	CI

